

# OS IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO DESEMPREGO E SUAS CONSEQÜÊNCIAS SOBRE MERCADO DE TRABALHO<sup>1</sup> THE UNEMPLOYMENT PSYCHOLOGICAL IMPACTS ON THE LABOR MARKET EQUILIBRIUM

*Carolina Chahad<sup>2</sup>*

*José Paulo Zeetano Chahad<sup>3</sup>*

## RESUMO

Em razão da elevação das taxas de desemprego, a preocupação com esse fenômeno vem se mostrando crescente em diversas áreas do conhecimento científico. Ocorre, porém, que os resultados desses estudos têm ficado aquém do necessário em termos da adoção de políticas sociais eficientes e eficazes; em parte, pela falta de integração entre ciências afins nos estudos objetivando a compreensão do desemprego. Nessa perspectiva, este estudo foi realizado com o objetivo de integrar duas áreas das Ciências Sociais (Psicologia Social e Economia) visando apresentar os impactos psicológicos causados pelo desemprego e suas conseqüências no mercado de trabalho. Para alcançar esse objetivo, este texto foi estruturado da seguinte forma: a Seção 2 procura mostrar valorização do papel do trabalhador para a sociedade e sua importância para a formação da identidade do indivíduo; a Seção 3 aponta as conseqüências resultantes do desemprego na saúde psicológica do trabalhador e de sua família; a Seção 4 busca apresentar como os impactos psicológicos sofridos pelo trabalhador desempregado afetam sua produtividade e estímulo ao trabalho, gerando efeitos nas curvas da demanda e oferta de trabalho. Isso conduz a resultados diferentes do equilíbrio tradicional. Por fim, são tecidas algumas considerações finais, sugerindo políticas que podem ser adotadas pelas duas áreas envolvidas neste estudo.

*Palavras-chave:* Psicologia; Desemprego; Mercado de Trabalho; Trabalho; Demanda de Trabalho; Oferta de Trabalho; Psicológico; Auto-Estima.

<sup>1</sup> A opinião expressa ao longo do texto é de responsabilidade dos autores, não devendo ser atribuídas a qualquer das instituições mencionadas. Os autores agradecem à estagiária Emylli Helmer Santos pela competente contribuição no levantamento bibliográfico e em diversas fases da elaboração deste texto.

<sup>2</sup> Psicóloga formada pela PUC-SP e pesquisadora junior da FIPE.

<sup>3</sup> Professor da FEA-USP e pesquisador sênior da FIPE.

## ABSTRACT

In reason of the rise of unemployment, the worry about this phenomenon is rising in different areas of scientific knowledge. However, the results of these studies have been under of the necessary adoption of effective social policy, in part because the lack of integration between related Sciences in the studies about the unemployment phenomenon. In this perspective, this study was realized trying to integrate two areas of Social Science (Psychology and Economic) with the objective to present the psychological impacts of unemployment and the consequences in the labour market. For that, this study was structured in the following way: on session two the authors try to show the valorization of the worker role for the society and the importance of this for the construction of the individual identity; the session three reveal the consequences of unemployment in the worker psychological health; the session four try to present how the unemployment impacts affect the search of work and the labour market. In the final session, several observations are made on chances in the supply, demand and labor market equilibrium, and about policies that can be adopt with the two areas involved in this study.

Keywords: Psychology; Unemployment; Labour Market; Labour; Psychological; Self-Esteem; Stigma; Job.

## 1. INTRODUÇÃO

Desde o surgimento do capitalismo, o desemprego tem sido a preocupação central das nações e, regra geral, tem representado a principal prioridade governamental na formulação de políticas sociais endereçadas para combater a pobreza, a miséria e a marginalidade, que melhorem o *status* ocupacional e o bem-estar do indivíduo.

Nessa perspectiva, o conhecimento dos impactos do desemprego sempre mereceu a atenção de diversas áreas de estudo dentro do campo das Ciências Sociais, especialmente da Psicologia Social e da Economia. Ocorre, porém, que as pesquisas até recentemente realizadas têm contemplado o interesse específico de cada uma: os psicólogos mais interessados no procedimento comportamental decorrente da racionalidade humana e os economistas preocupados com a praticidade resultante dessa racionalidade. Nesse sentido, embora robustos do ponto de vista de cada um desses campos da ciência, os resultados obtidos ficavam aquém daqueles necessários para a formulação de políticas sociais mais eficientes e eficazes.

Além disso, o avanço dos níveis de desemprego, assim como a crescente complexidade das relações de trabalho, tem revelado que o desenho de políticas sociais requer um entendimento mais completo. Isso diz respeito tanto àquilo que se entende por desemprego como, também, ao impacto sobre o comportamento psicossocial do indivíduo e suas conseqüências no funcionamento do mercado de trabalho. Com isso, têm crescido estudos que busquem ampliar a compreensão do fenômeno do desemprego aplicando conjuntamente o conhecimento, assim como as técnicas, da Psicologia Social e da Economia, na perspectiva de que esse caminho é necessário para melhorar o desempenho das políticas sociais.

Nesse contexto, este estudo representa um esforço de trazer ao conhecimento os avanços que têm sido realizados na compreensão dos impactos do desemprego sobre o comportamento do indivíduo e seus desdobramentos no mercado de trabalho.

Com esse objetivo, este texto foi estruturado da forma que se segue. A seção dois enfoca o papel central que o trabalho exerce na identidade do indivíduo como um aspecto indispensável para avaliar sua sensibilidade ao desemprego. A seção três apresenta as alterações no comportamento psicológico do trabalhador, bem como em sua família, decorrentes de sua exposição ao desemprego. A seção quatro procura mostrar que o impacto psicológico que ele sofre afeta sua moral, com conseqüências

negativas sobre a sua produtividade, alterando as curvas de demanda e oferta agregadas de trabalho. Isso produz resultados no equilíbrio do mercado de trabalho diferentes daqueles tradicionalmente obtidos. A última seção tece considerações finais enfatizando algumas das políticas que podem ser adotadas, tanto da ótica da Psicologia Social quanto da Economia. Seguem-se as referências bibliográficas de suporte ao texto.

## 2. O PAPEL DO TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO INDIVÍDUO

### 2.1 A HISTÓRIA DA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO PELA SOCIEDADE

Sendo o homem um ser social, tudo o que é valorizado pela sociedade tem grande força, sendo elemento integrante da sua identidade. O trabalho é um desses fatores muito valorizados pela sociedade, sendo visto como fonte de dignidade e honestidade, além de um dever moral e social. Por isso, o fato de estar desempregado pode causar um sentimento de culpa e constrangimento no indivíduo. Quando não está exercendo algum tipo de trabalho validado no plano social, o sujeito não se sente reconhecido, valorizado e respeitado. Os desempregados não são reconhecidos socialmente e acabam sendo atingidos por um sofrimento psicológico.

*A identidade é construída sob a influência do papel profissional devido à valorização deste papel nas sociedades industriais modernas. (SANTOS; SANTOS, 1993, p. 58).*

A valorização do trabalho evoluiu muito com o sistema capitalista, mas como alguns estudos mostram (WICKERT, 1999; KELVIN; JARRET, 1985; HAYES; NUTMAN, 1981), sua história começou há alguns séculos, com a doutrina da Igreja e a ética protestante. Na Idade Média, os trabalhos eram realizados apenas como forma de subsistência e a Igreja Católica pregava que o trabalho era uma porta aos Céus. Sendo assim, nessa época, o objetivo do trabalho era puramente religioso e uma forma de sobrevivência, não havendo nenhuma relação com o lucro e o acúmulo de capitais.

Com o fim do Feudalismo, porém, e o início do comércio, veio, também, a troca monetária, o aluguel da mão-de-obra e o acúmulo de riquezas, entrando em choque com a doutrina Católica. Ocorreu então a Reforma Protestante, que trouxe uma nova ética, na qual o trabalho é uma contribuição para a sociedade, trazendo dignidade ao indivíduo trabalhador, e, agora, “permitindo” a obtenção de lucro.

Wickert (1999) ainda acrescenta que, para fortalecer essa teoria, criaram-se leis relacionando a honestidade com o trabalho, argumentando que as pessoas não trabalhando eram vadias e seriam castigadas. De acordo com Braga (1999), um importante aspecto da psicologia humana é a internalização das atividades socialmente enraizadas. Assim, podemos dizer que essas idéias de dignidade e honestidade de um ser que trabalha são internalizadas pelo homem, tendo sobrevivido a todos esses séculos. Sendo assim, Hayes e Nutman (1981) colocam que a depressão, a ansiedade e o sofrimento psicológico do desempregado não são causados pela perda do emprego em si, mas sim pelo que o indivíduo acredita em relação “a estar desempregado”, ou seja, por acreditar não ser honesto, digno, capaz, etc.

A valorização do trabalho se tornou crescente com o desenvolvimento cada vez maior da sociedade capitalista. Com o ideal capitalista de se obter cada vez mais lucros, era necessário que houvesse um aumento da produção em um espaço menor de tempo. Assim, a força de trabalho era muito importante e o papel do trabalhador muito valorizado. Segundo Wickert (1999), a sociedade capitalista impõe que só se é cidadão quando se é trabalhador, pois um indivíduo só tem seu lugar na sociedade, e é valorizado, se desempenhar alguma função necessária ao fluxo produtivo do capitalismo.

Essa valorização social do trabalho atinge a construção da identidade do indivíduo e, conseqüentemente, o seu bem-estar psicológico. As pessoas são socialmente reconhecidas pelo que elas fazem. Prova disso é que uma das primeiras perguntas realizadas, quando se conhece alguém, é o que ele faz, no sentido de onde trabalha que atividades que exerce, etc. Essa resposta é dada de maneira natural porque o sujeito se identifica como um ser trabalhador. Quando perde o emprego, essa identidade é atingida e o indivíduo tem dificuldade de reconhecer-se.

Seguindo a linha de pensamento da valorização do trabalho, trabalhar traz prestígio, status social para quem o desempenha. Por isso, não trabalhar ainda é visto de forma preconceituosa, não só pela sociedade, mas, também, pelo próprio indivíduo que não trabalha e acredita em todos os princípios colocados anteriormente. É possível ilustrar isso com as dificuldades que o desempregado enfrenta para conseguir, ou até mesmo aceitar os benefícios pelo seguro-desemprego devido a uma burocracia desenvolvida para impedir que “caçadores de benefícios” se aproveitem, pois existem pessoas que não querem trabalhar, mas, sim, viver na dependência dos benefícios (HAYES; NUTMAN, 1981; KELVIN; JARRET, 1985). Por isso, pessoas desempregadas podem ser vistas como preguiçosas, interesseiras, querendo sobreviver sem esforço, apenas se aproveitando do governo.

Cavan (1959) coloca que, na década de 30, a aceitação dos benefícios representava uma queda social ou o fim das chances de uma melhora social, pois mostrava que a família não tinha certo status. Afinal, se estava aceitando benefício seria porque não trabalhava. Dessa maneira, eles evitavam aceitar os benefícios, para não assumir a falta de *status* e prestígio, que, segundo ela, é o que causa maior sofrimento psicológico no desempregado.

Apesar desse preconceito ainda existir e algumas pessoas terem dificuldade de dissociar o desemprego da idéia de desonestidade, preguiça, etc., o desempregado vem sendo mais facilmente aceito perante a sociedade, já que as pessoas entendem o desemprego não como uma crise passageira, mas como um fato crônico, conseqüente do atual sistema econômico. Para Coutinho (1999), não ter trabalho numa sociedade em que este é muito valorizado, mas que não oferece condições de emprego, é um grande problema.

Como podemos ver, a valorização do trabalho interfere muito na construção da identidade, na forma que os desempregados se vêem e são vistos e como se relacionam com a sociedade. Essa constatação indica a importância que a valorização tem no impacto psicológico do desemprego, sobre o indivíduo.

## 2.2 O TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Reconhecidamente, o trabalho é fonte de sustento, acúmulo de capitais e afeta o quadro econômico mundial. Mas, tão importante quanto isso, o trabalho é, também, um fator fundamental para a Psicologia. Por esse motivo o interesse nos impactos psicológicos causados pelo desemprego vem crescendo, pois:

*... o trabalho não gera apenas produtos econômicos, mas gera também conseqüências na identidade do sujeito* (MACEDO, 1992, p. 62).

Ocorre, porém, que, para podermos falar dos impactos psicológicos que a perda do emprego causa no indivíduo, é necessário, antes de qualquer coisa, esclarecer a importância do trabalho para a construção da identidade do indivíduo trabalhador. Todos os estudos realizados nessa área utilizam-se da Psicologia Social para explicar como se dá essa construção da identidade. Para a Psicologia Social, a identidade se constrói através do processo de socialização do indivíduo, através de suas relações sociais. Segundo Macedo (1992):

*A identidade implica no reconhecimento de si pelo outro, no sentimento de domínio sobre si e os acontecimentos, além da valorização implícita de si, através dos engajamentos sociais.*

Hayes e Nutman (1981) compartilham dessa idéia quando colocam que a imagem que o indivíduo tem de si mesmo é alimentada, e mantida, pelas suas relações sociais, pela maneira como julga que os outros o vêem. Assim, é no relacionamento com o outro, nas atividades sociais, que o homem se reconhece e constrói sua identidade. Ou seja, como o trabalho é fonte constante de relacionamento social, representa uma fonte importante para a construção da identidade, e qualquer alteração na relação do indivíduo com este trabalho afeta sua identidade e sua auto-imagem. Ainda nessa linha de raciocínio, Carlotto e Kalil (2002) afirmam que trabalhando o indivíduo identifica-se com os demais e reconhece-se como ser humano; e Kelvin e Jarret (1985) colocam que “nós vemos nós mesmos como os outros nos vêem”.

A perda do emprego e a ruptura com o trabalho afetam a maneira como o indivíduo acredita ser reconhecido pelo outro. Como ele próprio se reconhece, seu sentimento passa a ser de falta de controle de si, bem como da situação e suas relações sociais ficam alteradas, de modo a afetar sua auto-imagem, sua identidade, trazendo sofrimento psíquico ao desempregado. Essa idéia é desenvolvida em diversos estudos (MACEDO, 1992; HAYES; NUTMAN, 1981; KELVIN; JARRET, 1985).

Para o homem, é importante ter o controle de sua vida e das situações em que se envolve, pois é dessa maneira que acredita poder manipular a maneira como crê que os outros o vêem, e, assim, preservar sua auto-imagem (HAYES; NUTMAN, 1981). O desemprego traz uma sensação de perda de controle e, com isso, a impossibilidade de uma afirmação de sua auto-imagem, gerando um sofrimento psíquico. Por isso, muitos desempregados tentam esconder a situação em que se encontram, evitando contar sobre a perda do emprego para as pessoas de suas relações, às vezes até mesmo para a família, ainda na tentativa de manter sua imagem.

Braga (1999) afirma que a sensação de perda de contato com a realidade, de incapacidade de dominar e compreender os acontecimentos provocam no indivíduo desempregado um sentimento de angústia, posto que tem a necessidade de alterar sua situação, mas não sabe como agir. Essa perda de controle é, também, sentida pelo desempregado como uma perda no poder de decisão sobre a condução de sua própria vida. Isto porque ele depende dos outros para prover suas necessidades básicas, já que não tem condições financeiras para isso (KELVIN; JARRET, 1985; TUMOLO; TUMOLO, 2004).

Como um ser social, a identidade do indivíduo é composta de papéis que ele desempenha dentro de suas relações como o de pai (ou mãe), marido (ou esposa), amigo, chefe, empregado, etc. Trabalhador é um desses papéis que ele desempenha, e, como

mostramos, é um papel bastante valorizado pela sociedade. Dessa forma, o trabalho é de grande importância para a formação dessa identidade.

Aprofundando ainda mais essa teoria, Macedo (1992); Hayes e Nutmann (1981) também explicam que os papéis exercidos por um indivíduo se inter-relacionam de maneira que a perda, ou transformação de um deles, afeta os demais atingindo a identidade como um todo. Assim, quando o sujeito perde seu trabalho, seu papel de trabalhador afeta seus outros papéis, afetando sua relação com as outras pessoas. Eles afirmam que, quanto mais central for esse papel na vida do indivíduo, mais traumática será a perda de emprego. Já Santos e Santos (1993) argumentam que o ser humano é preparado desde a infância e adolescência para exercer um papel profissional, que será representado em praticamente todo seu ciclo de vida. Dessa maneira, esse papel profissional, o papel de trabalhador, tem uma influência maior que simplesmente no âmbito do trabalho, pois é muito valorizado.

A transformação da identidade quando se perde o emprego é abordada por Moura (2001), afirmando que será necessário que o indivíduo amplie seus limites e seu potencial. Ela afirma que apesar desse processo de reconstrução da identidade ser dolorido e dotado de sofrimento, traz um enriquecimento psíquico, pois surge a possibilidade de resgate de valores e crenças que foram perdidos ao longo da vida profissional. Assim, o indivíduo constrói uma nova identidade, mais autêntica.

### 2.3 AS DIFERENTES FUNÇÕES DO TRABALHO INFLUENCIANDO SEU PRÓPRIO SIGNIFICADO

A principal função conhecida do trabalho é a fonte de renda, com a finalidade de sustento do trabalhador e sua família. O trabalho, porém, tem inúmeras outras funções, que vão além do âmbito somente financeiro. Hayes e Nutman (1981); Kelvin e Jarret (1985) atribuem as seguintes funções para o trabalho: fonte de renda, forma de atividade, estrutura do tempo, fonte de criatividade, gerador de oportunidade de interação social, fonte de identidade e provedor de um senso de propósito para o indivíduo.

Como *fonte de renda*, o trabalho não só permite o sustento, como também proporciona um conforto material ao trabalhador. Enquanto *atividade*, o trabalho exige da pessoa tanto uma utilização de energia física, como mental. Essa utilização de energia é importante para o funcionamento do corpo humano e sua saúde. Eles citam uma pesquisa em que os entrevistados diziam ser importante estar em atividade para se manter ocupados, saudáveis e que, sem o trabalho, sentiam-se entediados, e não sabendo o



que fazer com o tempo livre. O fato de estar desempregado diminui a intensidade de atividades realizadas pelo indivíduo, o que pode lhe trazer tédio e depressão.

O trabalho *estrutura o tempo* porque determina a que horas a pessoa levanta, quantas horas ele irá usufruir para realizar as tarefas do trabalho, quais são seus horários livres para realizar outras atividades, ou seja, determina a rotina do trabalhador. Dessa maneira, quando perde o emprego, o indivíduo fica desorientado em relação a como ocupar seu tempo livre (que agora é muito). Por isso, a procura por emprego é importante também para que a pessoa se mantenha ocupada, podendo organizar seu tempo em função de suas atividades nessa busca.

A *criatividade* permite que o indivíduo, ao utilizar suas qualidades pessoais diferenciadas, realize um rearranjo de padrões tradicionais em um novo padrão, gerando assim um sentimento de satisfação de realização. O trabalho é um lugar onde ele pode extravasar sua criatividade para a produção de seus produtos e tarefas.

O ambiente de trabalho é onde passamos a maior parte do dia, onde trocamos experiências e realizamos tarefas em conjunto. Assim, esse ambiente caracteriza-se como uma das principais fontes de *relações interpessoais*. Além disso, satisfaz a necessidade de fazer parte de um grupo. A perda do emprego diminui, assim, o contato social do indivíduo, que como mostramos, é muito importante para a formação de sua identidade.

O indivíduo trabalhador se identifica com o que faz, sendo, também, reconhecido pelo que faz. Essa idéia de que o trabalho é uma *fonte de identidade* já foi desenvolvida, nos mostrando que a condição de trabalhador é o papel central na vida das pessoas, influenciando todos os outros papéis formadores da identidade de um homem.

Como um ser social, o homem acha importante contribuir e ser útil para a sociedade e ser reconhecido por esse fato. O fato de estar trabalhando, gera nele tal sensação e lhe dá um *senso de propósito* na vida. Dessa maneira, sem emprego, o sujeito pode sentir uma falta de sentido na vida, sofrendo de sintomas como depressão, ansiedade e desesperança.

Hayes e Nutman (1981) acrescentam que o significado que o trabalho tem para cada indivíduo é diferente, dependendo da importância que se dá para cada uma dessas funções. Por exemplo, diversos estudos mencionados em Hayes e Nutman (1981) afirmam que o desemprego tem significados diferentes para a classe média e para o proletariado. Enquanto para a primeira o trabalho dá um sentido na vida, significa um desafio, para a segunda o trabalho é uma importante fonte de renda e atividade, para

não ficar entediado. Por isso, para a classe média, a perda do emprego pode significar uma vida sem propósito e menos desafiante, sem emoção. Já para o proletariado as chances de uma vida melhor diminuem, e a vida sem trabalho é uma vida de tédio. Mas, apesar de diferentes significados, o trabalho mostra-se importante para a maioria da população.

Jahoda (1982) enfatiza que o desemprego priva o indivíduo dessas funções importantes para estruturar a vida como ser humano, de forma que essa privação gera um sofrimento psicológico, sendo a perda de um horário estruturado aquela de maior impacto que ocorre com a perda de emprego. O resultado é um impacto perverso sobre a eficiência do trabalhador.

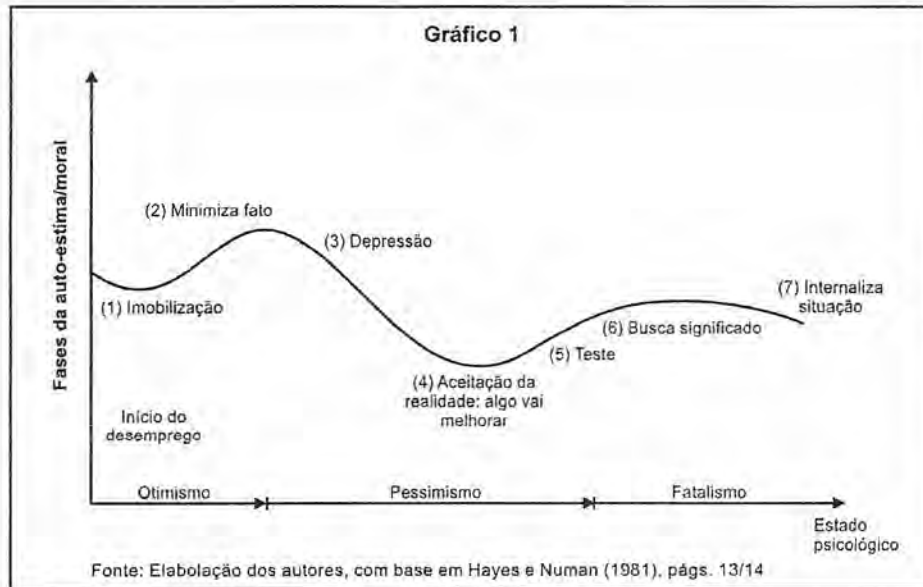
### 3. EFEITOS DO DESEMPREGO SOBRE O COMPORTAMENTO PSICOLÓGICO DO INDIVÍDUO

#### 3.1 ESTÁGIOS PSICOLÓGICOS DA EXPERIÊNCIA COM O DESEMPREGO

Alguns autores (HARRISON, 1976; HAYES; NUTMAN, 1981; KEVIN; JARRET, 1985; MACEDO, 1992; EISENBERG; LAZARSELD, 1938) descrevem em seus estudos o desenvolvimento de fases psicológicas do desemprego. Cada estudo indica diferentes números de fases, mas todos apontam o mesmo desenvolvimento das reações do indivíduo, independentemente do número ou nome dado a cada fase: é o ciclo transacional do desemprego. Todos mostram que o desempregado vai tendo diferentes reações em seu período de desemprego, desde o recebimento da notícia do desemprego até uma recolocação. O Gráfico 1 adaptado de Hayes e Nutman (1981), ilustra com clareza os estágios psicológicos do indivíduo que experimenta um desemprego prolongado.

Podemos descrever esse caminho da seguinte maneira: em um primeiro momento, o sujeito fica em estado de choque ao receber a notícia do desemprego, e não consegue planejar seu futuro. Essa fase é acompanhada por sentimentos e pensamentos que tendem a minimizar a nova realidade que traz e exige dele certas mudanças, como o otimismo e a crença de que ele logo encontrará um novo emprego, mesmo em tempos de elevados níveis de desemprego. Com o passar do tempo, a dificuldade de encontrar um novo emprego, e sua nova situação econômica (prejudicada), leva-o a encarar a sua nova realidade e entrar em depressão. Nesse momento, o otimismo se transforma

em pessimismo, trazendo consigo ansiedade e sofrimento psicológico. Sem saída, ele começa a testar novos comportamentos e atitudes perante sua situação e vai construindo uma nova percepção de si, do mundo, construindo uma nova identidade. No final desse caminho está a recolocação, que alivia o sofrimento, ou mesmo um desenlace traumático.



Em casos mais graves, o desemprego pode gerar um processo psicopatológico, como descrevem os autores Silva, Silva e Steiner (1986), dividindo esse processo em quatro momentos fundamentais: (1) crise; (2) transição; (3) adaptação; e (4) ajustamento.

No momento de crise, o sujeito sofre o impacto da perda de emprego e, apesar de tentar buscar alternativas, acaba sentindo-se inseguro e por isso surgem a irritabilidade, a insônia, oscilações de humor e a angústia. Na *transição* surgem sentimentos de culpa, desânimo e tristeza. É nessa fase que começa a ocorrer um isolamento social por parte do desempregado. Na fase de *adaptação*, ele se culpa definitivamente e se isola ainda mais. Nesse momento começam a surgir sintomas psicopatológicos, como uma forma de evasão (drogas, alcoolismo, hipocondria, psicossomatização, etc.). No *ajustamento* ocorre a deterioração da auto-imagem e uma atitude fatalista. Nesse momento, surge o embotamento afetivo, no qual o indivíduo não expressa nenhum tipo de sentimento.

As reações psicológicas podem ser analisadas desde o momento em que o indivíduo recebe a notícia do desemprego, pois a maneira como notícia é transmitida o afeta, podendo aumentar seu choque (HAYES; NUTMAN, 1981; KELVIN; JARRET, 1985). Quando maior a insensibilidade do empregador ao realizar a demissão, maior é o choque. Quando ainda está empregado ele pode ouvir boatos sobre sua demissão, ou sobre uma demissão em massa da empresa, o que pode gerar ansiedade em muitos trabalhadores, podendo afetar até sua produção.<sup>4</sup> Inúmeros autores anteriormente mencionados argumentam, ainda, que a maneira como o indivíduo é demitido pode afetar sua auto-imagem. Segundo eles, existem quatro maneiras da demissão ocorrer: antecipar a aposentadoria, pedir demissão voluntariamente, ser demitido involuntariamente ou demitido por excesso de funcionários. A demissão involuntária é a que mais afeta o sujeito psicologicamente, pois é uma ameaça a sua auto-imagem.

Segundo Hayes e Nutman (1981), para manter um equilíbrio psicológico e seu autoconceito, o ser humano resiste às mudanças que possam alterá-los. Por isso, nas fases iniciais do desemprego, o indivíduo tende a minimizar a situação evitando encarar a nova realidade. Eles exemplificam mostrando que há casos em que as pessoas saem de férias após perder o emprego, tentando manter seu controle e não encarar as mudanças necessárias. Em outros casos existe apenas a sensação de estar de férias (KELVIN; JARRET, 1981; CAVAN, 1959). Outras formas de “defesa” para não encarar a realidade são: adiar o recebimento dos benefícios, gastar dinheiro para “mostrar” que a situação é temporária e não deverão ocorrer mudanças significativas em sua situação financeira.

Conforme o tempo vai passando, e o indivíduo não consegue um novo emprego, sua busca por emprego se intensifica e ele vai ficando desesperado. Ao perceber a difícil realidade, seu otimismo se transforma em pessimismo e depressão. Isso começa a afetar sua busca por emprego, pois acreditando que não tem mais chance de ser recolocado, ele não se prepara mais para as entrevistas, e até sua aparência física pode prejudicá-lo, já que não se preocupa mais com seu próprio visual.

### 3.2 AS DIFERENTES REAÇÕES PSICOLÓGICAS DO INDIVÍDUO DIANTE DO DESEMPREGO

Como vimos, o desemprego provoca uma instabilidade psicológica no indivíduo devido à condição financeira e social e ao sofrimento psicológico que o acompanha, sendo ainda é agravada pela supervalorização que ele faz do trabalho (BRAGA, 1999).

<sup>4</sup> A Seção 4 abordará, em maior grau de detalhe, o impacto da saúde mental, a motivação do indivíduo sobre a produtividade e as conseqüências sobre a demanda do trabalho.

Os resultados de uma pesquisa com desempregados, realizada por Caldana e Figueiredo (2002), mostram que o desemprego gera impactos na saúde física, mental e nos relacionamentos sociais do trabalhador. Tumolo e Tumolo (2004) afirmam que o desemprego está relacionado à ocorrência de distúrbios psicológicos, assim como à baixa auto-estima. Em sua pesquisa, os dados apontam para o aparecimento de sentimentos desagradáveis gerados pelo desemprego, tais como: desespero, perda de esperança, desamparo, tristeza, revolta e desorientação, causando sofrimento psicológico no sujeito.

Moura (2001) cita estudos que relacionam o desemprego aos seguintes distúrbios: depressão, alcoolismo, isolamento, irritabilidade, distúrbio do sono, entre outros. Ela acrescenta que os indivíduos amostrados na pesquisa apontam os seguintes sentimentos causados pela perda do emprego: desespero, choque, pavor, pânico combinado a sentimentos de vergonha, fracasso, inutilidade, incompetência, abandono e impotência.

Silva, Silva e Steiner (1986) discutem sobre a psicopatologia do desemprego e baseia todo o seu trabalho em uma pesquisa realizada por duas autoras chilenas (LIRA; WEINSTEIN, 1980). Os autores afirmam que frente à frustração prolongada, gerada pelo desemprego, existem quatro respostas psicológicas básicas, que ocorrem na seguinte sequência: 1) agressão; 2) regressão; 3) fixação; 4) apatia.

A *agressão* pode ser direcionada para o meio em que vive, para a família, ou até mesmo para si próprio (auto-reprovação, recriminação, tristeza, depressão, perda de interesse pela realidade, retraimento e alcoolismo). A *regressão* se reflete na falta de controle emocional, demandas exageradas e irracionais, assim como condutas submissas e dependentes. A dificuldade de aceitar a mudança acaba gerando comportamentos rígidos e estereotipados que caracterizam a *fixação*. Ao fracassar diversas vezes por tentar se recolocar, o indivíduo acaba desistindo de realizar qualquer movimento para mudar sua situação. E nesse momento que surge a *apatia*.

Silva, Silva e Steiner (1986) explicam que essa resposta psicopatológica surge porque o desemprego influencia na identidade social do indivíduo que não se reconhece mais como um trabalhador. Isso provoca, então, uma alteração na maneira como interage com o mundo e realiza suas atividades, perdendo seus projetos e perspectivas, devido à sua dificuldade em aceitar a mudança de sua situação. Além disso, o desemprego afeta a auto-estima do indivíduo e este passa a encarar os eventos que ocorrem a sua volta de forma negativa, gerando sofrimento psicológico. Isso, juntamente com a dificuldade financeira e a perda de *status*, faz com que haja uma queda de qualidade no bem-estar do sujeito. Thomas, McCabe e Berry (1980) citam vários estudos que

indicam diversos impactos negativos que o desemprego tem sobre a saúde física e psicológica do trabalhador, como, por exemplo: depressão, ansiedade, sintomas psicossomáticos (úlceras, artrite, hipertensão e alcoolismo, entre outros).

Existe ainda uma grande variedade de reações psicológicas frente ao desemprego. Diferentes indivíduos podem ter diferentes reações, sofrer diferentes impactos. Contudo, é importante se considerar os diferentes fatores e aspectos de cada um, como, por exemplo: a forma como é demitido (HAYES; NUTMAN, 1981), o histórico psicológico e psiquiátrico do sujeito (LIEM; LIEM, 1988), o gênero sexual (SANTOS; SANTOS, 1993; KULIK, 2000), o nível de qualificação e escolaridade (KULIK, 2000), entre outras causas.

Liem e Liem (1988) destacam que existem diversos fatores, os quais devem ser levados em consideração antes de relacionar impactos psicológicos negativos com o desemprego: dificuldade financeira (dívidas a serem quitadas), recompensas que o trabalho trazia (interessante e desafiante ou chato e monótono), histórico psicológico (problemas emocionais precedentes), eventos negativos ocorridos nos últimos tempos (com a família, no trabalho, na escola). Esses fatores podem influenciar a maneira como o sujeito reage ao desemprego. Por exemplo, se ele já tem um histórico de problemas emocionais, ficará mais vulnerável a ter sintomas de sofrimento psíquico diante da perda do emprego. Segundo esses autores, o período mais crítico em que o sofrimento psicológico é maior ocorre nos primeiros seis meses, pois o indivíduo e sua família ainda estão se adaptando à nova situação. A partir daí, ocorre então uma acomodação gradual à nova situação.

Kessler e Turner (1989) mostram com os dados de sua pesquisa a diferença do sofrimento psicológico em trabalhadores que estão empregados, daqueles que perderam seu emprego involuntariamente, ou que tem alguma responsabilidade sobre este fato. Eles concluem que os trabalhadores em empregos estáveis têm um nível mais baixo de sofrimento psicológico do que um trabalhador desempregado. Os trabalhadores desempregados sofrem de depressão e ansiedade pela busca de uma recolocação. Os autores não encontraram diferença nos níveis de ansiedade entre indivíduos que perderam seu emprego involuntariamente e aqueles que realizaram alguma atitude para que isso ocorresse.

Hayes e Nutman (1981) apontam para o fato de que os indivíduos que internalizam o controle (acreditam ter o controle das situações) reagem ao desemprego de maneira diferente dos indivíduos que externalizam o controle (colocam o controle dos acontecimentos em fatores externos). Os indivíduos que externalizam o controle, acre-

ditam que suas ações não têm tanta influência sobre o que pode acontecer, e por isso tendem a ser menos motivados a agir para conseguir cumprir tarefas, deveres, ações.

Ou seja, os desempregados que externalizam o controle têm tendência a externalizar também a culpa pelo desemprego, responsabilizando a situação econômica do país, o governo e os empregadores. Assim, sentem-se menos motivados a investir esforços adicionais para uma recolocação. Além disso, externalizando o controle, eles sentem-se mais frustrados e ansiosos, pois vivem na incerteza de quando e se a situação será resolvida. Os indivíduos, porém, que externalizam a culpa do desemprego, acreditam que os outros o verão como legítimo. Isto é, sem se responsabilizar, o indivíduo se sente menos humilhado, conseguindo manter melhor o seu auto-respeito. Já os indivíduos que internalizam o controle, acreditam que a superação de obstáculos depende de suas ações. Dessa forma, quando desempregados, são mais motivados a agir para superar as dificuldades que surgem. Por isso, se adaptam mais facilmente às transformações e sofrem menos psicologicamente.

Esses mesmos autores afirmam que o desemprego é menos traumático para recém-formados do que para quem trabalha há mais tempo. Isso porque estando mais acostumados a ter o tempo livre, eles não sentem as conseqüências trazidas por esse fato, como, por exemplo, a falta de estrutura e da rotina horária. Além disso, é pouco provável que um recém-formado seja o provedor da família, de maneira que não sente tantas responsabilidades financeiras, e o papel de trabalhador ainda não “central” em sua vida. O estilo de vida dos jovens normalmente não precisa de altos valores financeiros para se manter. Eles acrescentam também que indivíduos com uma boa situação financeira sofrem menos psicologicamente ao perder o emprego, pois ficam satisfeitos por ter mais tempo livre, para ter *hobbies* e ficar com a família, além de conseguirem manter o mesmo estilo de vida sem preocupações financeiras.

Santos e Santos (1993) argumentam que a identidade masculina é fortemente baseada no papel profissional, enquanto a identidade feminina ainda é mais influenciada pelos papéis ligados à família (mãe, esposa, dona de casa). Dessa forma, um indivíduo desempregado, do sexo masculino, tem reações frente à perda de emprego que diferem daquelas de um indivíduo do sexo feminino, pois sendo seu papel profissional o mais central na formação de sua identidade, este é mais afetado e afeta mais papéis que desempenha. Kulik (2000) divide esse pensamento com Santos e Santos (1993), e acrescenta que, devido a essa diferença de papéis na formação da identidade, o homem desempregado se sente mais estigmatizado, se vê como uma classe inferior de cidadão, acreditando ser mais desrespeitado por sua situação do que a mulher desempregada.

A pesquisa de Kulik (2000) aponta ainda para o fato de não ser o gênero sexual em si que interfere no impacto psicológico, mas sim a importância que o papel profissional na vida do indivíduo. Por isso, a mesma reação aparece em mulheres, em que esse papel é tão central quanto nos homens, ou se o *status* familiar de ambos é o mesmo. Afirma, também, que os trabalhadores com um maior nível de escolaridade têm menores impactos psicológicos, financeiros e de saúde relacionados a estresse perante o desemprego, pois esses têm maior acesso a fontes sociais e financeiras alternativas. O isolamento social causado pelo desemprego seja por falta de condições financeiras, ou por vergonha, é também relacionado ao sofrimento psicológico e aos problemas de identificação e construção da identidade, pois, conforme vimos, para o ser humano, é muito importante relacionar-se socialmente.

O desemprego gera uma alienação política e social, causando impotência individual (falta de controle da própria vida), sensação de carência de sentido de vida (ausência de perspectiva), ausência de normas (falta de pontos de referência para programar atividades), distanciamento cultural (diferenciação entre a própria realidade e uma realidade bem-sucedida), autodistanciamento (não se reconhece devido à diferença da imagem que fazia de si e da realidade) e isolamento social (CARLOTTO; KALIL, 2002; SILVA; SILVA; STEINER, 1986).

De acordo com Hayes e Nutman (1981), pode-se apontar até o suicídio como uma possível consequência do desemprego. Esse comportamento pode ocorrer devido aos seguintes fatores: queda do *status* social e profissional, problemas em lidar com a mudança dos papéis que exerce, dificuldade de reconhecer a própria identidade, dificuldade em lidar com a nova situação e problemas em se encaixar em grupos sociais. Esses fatores geram um conflito muito grande no indivíduo e ele vê o suicídio como a única maneira de se livrar dessa situação. É o ápice de uma fase de fatalismo, descrita no Gráfico 1.

Apesar de os estudos apontarem a perda de emprego como uma situação geralmente seguida por sentimentos, atitudes, processos e impactos negativos, existem alguns indivíduos que têm uma reação positiva perante o desemprego. A razão apontada é que surge para eles uma perspectiva de dar um novo rumo à carreira e a distância entre seu mundo ideal e a realidade pode ser diminuída (THOMAS; MCCABE; BERRY, 1980; HAYES; NUTMAN, 1981).

Os efeitos causados pelo desemprego são revertidos quando o indivíduo consegue uma recolocação no mercado (KESSLER; TURNER, 1989). Liem e Liem (1988) chegam a afirmar até que nada alivia mais as tensões causadas pelo desemprego do que a volta ao trabalho. Porém, quanto mais tempo o indivíduo permanecer desempregado,



mais lenta é essa recuperação e mais difícil é adaptação, pois, após um tempo (segundo esses autores, cerca de seis meses), existe uma acomodação do sujeito na posição de desemprego, e sua volta ao trabalho exige uma nova transição.

Assim, como podemos perceber o desemprego traz conseqüências psicológicas, mas é interessante mencionar que o contrário também pode ocorrer, ou seja, problemas psicológicos podem causar o desemprego (HAYES; NUTMAN, 1981). Isto pode ocorrer, pois problemas psicológicos (como ansiedade, insegurança, agressividade, entre outros) afetam o comportamento do indivíduo, prejudicando suas relações no ambiente de trabalho, assim como também sua eficiência no desempenho do trabalho.

### 3.3 OS EFEITOS DO DESEMPREGO NA PSICOLOGIA DO AMBIENTE FAMILIAR

#### 3.3.1 O COMPORTAMENTO DA FAMÍLIA

Uma das conseqüências do desemprego é a mudança que ocorre nas relações familiares. Sendo assim, muitos autores (CAVAN, 1959; THOMAS; MCCABE; BERRY, 1980; HAYES; NUTMAN, 1981; KELVIN; JARRET, 1985; MACEDO, 1992) mencionam exaustivamente esse fato, e todos colocam a troca de papéis que ocorre na família como uma conseqüência muito importante. A alteração de um papel na vida do indivíduo gera a alteração de outros papéis, principalmente se for numa posição tão importante e central como o de trabalhador chefe de família, responsável pelo sustento familiar.

Cavan (1959), que estudou os efeitos do desemprego na década de 30, aponta que o desemprego tem um impacto negativo sobre as relações familiares, pois gera uma desorganização, ou rearranjo, dos papéis exercidos pelos membros da família. Ela coloca que, quanto mais organizada a família, com um sentimento de unidade, maior é a aceitação de uma nova situação, e menor é o sofrimento gerado pelo desemprego, já que todos contribuem para a mudança, havendo uma possibilidade menor de troca de papéis, podendo até unir mais a família. Pensamento parecido seguem Kelvin e Jarret (1985), afirmando que, em famílias onde as relações são amorosas e saudáveis, o desemprego tende a aproximar ainda mais os familiares, já que todos se apoiarão. Mas, em famílias em que tensão e a hostilidade são preexistentes, o desemprego aumenta os desentendimentos e desintegra a família.

O impacto nas relações familiares do desempregado é menor quando o papel de chefe de família é baseado no amor, pois a perda do emprego não afeta sua autoridade

(CAVAN, 1959; KELVIN; JARRET, 1985). Mas quando a autoridade do chefe de família é baseada no provedor financeiro, o desemprego traz desrespeito e promove a troca de papéis entre seus membros. Naquela época (1930), o marido era o chefe de família e o responsável pela maior parte da renda familiar, por isso seu trabalho era de extrema importância. Dessa forma, quando este perdia o seu emprego, as relações familiares se tornavam hostis, ele perdia também a autoridade perante seus filhos e esposa, já que havia falhado em seu principal papel. Cavan (1959), ainda acrescenta que as famílias de classe média alta e as de renda muito baixa aceitam mais facilmente essa troca de papéis do que as de classe média-baixa, se adaptando melhor à nova situação em que a família se encontra perante o desemprego e sofrendo menos.

Thomas, McCabe e Berry (1980) afirmam que conforme os valores vão se modificando, o impacto do desemprego sobre a família também se modifica. Os dados de seus estudos mostram que o desemprego, na década de 80, não era tão desorganizador e destrutivo para as relações familiares como na década de 30, pois o sofrimento psicológico do desempregado não afetava suas relações familiares. Para esses autores, apenas em um estágio do desemprego ocorre uma tensão nas relações familiares: é no momento em que a família tem que se adaptar a nova situação. Acrescentam, ainda, que na época do estudo realizado, era mais aceitável que as mulheres trabalhassem para ajudar a família, quando o marido estivesse desempregado, sendo assim, a troca de papéis não causava um constrangimento e sofrimento tão grande para o chefe da família.

Já o estudo de Liem e Liem (1988) aponta para outra direção. Os dados de sua pesquisa mostram que a reação psicológica do marido desempregado afeta toda a estrutura familiar, principalmente a esposa. A tensão emocional do desempregado causando conflitos familiares começa a acontecer após certo tempo de desemprego (quatro meses), quando os papéis de cada um, na família, começam a se deteriorar. Nesse momento, marido e mulher começam a sofrer de depressão, ansiedade, somatização, a hostilidade aumenta e a relação do casal sofre problemas. Dados mostram que as conseqüências causadas pelo desemprego podem até levar ao divórcio do casal. Eles concluem que a relação conjugal sofre algum impacto devido à perda de emprego do esposo, mas, que, porém, as esposas ajudam a moderar as conseqüências emocionais do desempregado, dando-lhe um suporte.

Hayes e Nutman (1981) seguem essa linha de pensamento e dizem que, com ao passar o tempo, com a dificuldade financeira, e com a mudança de tarefas, as tensões vão aumentando até que a esposa se torne “amarga”, e não apóie mais seu marido. Esses autores sugerem um aconselhamento familiar, no qual o conselheiro ajuda os

familiares e o próprio desempregado a analisarem a situação objetivamente, buscando significados e lidando com os problemas. Kelvin e Jarret (1985) falam sobre a relação entre pais e filhos, na qual, comumente, o filho deveria estar seguindo os passos do pai, em quem ele se espelha. Mas, quando o pai fica desempregado, é o filho que tem que apoiá-lo e, por vezes, até criar oportunidades de emprego para ele, por meio de indicações.

Silva, Silva e Steiner (1986) afirmam que o desemprego causa frustração e sentimento de impotência no indivíduo, gerando uma agressão que é dirigida à família, fazendo surgir uma instabilidade emocional familiar. Além disso, afirmam que existe um impacto da falta de recursos financeiros sobre o ambiente familiar, que gera frustração, deterioração, raiva e instabilidade, as quais contaminam a relação familiar.

### 3.3.2 ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA FAMILIAR

Com o desemprego, a renda do indivíduo e da família cai e, por isso, dificuldades financeiras começam a aparecer. Assim, novas estratégias de sobrevivência são necessárias para manter o sustento e o padrão de vida individual e/ou familiar.

A Prefeitura de São Paulo realizou, em 1985, uma pesquisa com os desempregados de baixa renda para fazer um levantamento das estratégias de sobrevivência dessa classe durante o período de desemprego. Foram encontradas as seguintes estratégias: trabalho eventual (os “bicos”), trabalho autônomo, auxílios assistenciais em dinheiro e alimentos, ajuda de pessoas em relações interpessoais (parentes, vizinhos, amigos), mudança de habitação, venda de bens e objetos pessoais, utilização de FGTS, auxílio do Estado, seguro-desemprego, auxílio da Igreja, pedir esmola, e até coletar restos de alimentos de feira livre. Além disso, também foram encontradas estratégias coletivas como participação em associações.

Sob a ótica do mercado de trabalho eventual está se tornando cada vez mais freqüente em nossa sociedade, já que a dificuldade de se encontrar um trabalho regular tem crescido, juntamente com o desemprego. Esse aumento do mercado informal pode estar apontando para o fim do trabalho formal (CALDANA; FIGUEIREDO, 2002). O trabalho eventual se caracteriza como um trabalho informal, não-regular, esporádico e sem nenhum vínculo empregatício, no qual o indivíduo tem apenas sua força de trabalho para oferecer.

Na falta de um trabalho regular, o desempregado procura “bicos” para poder ganhar um dinheiro, como forma de sustento. São os trabalhadores operacionais (profissões que não exigem alta qualificação) que se utilizam dessa estratégia, pois sua

identidade e sua condição mais difícil são facilitadores para esse tipo de trabalho (AZEVEDO et al., 1998). Nas famílias de baixa renda, o desemprego pode atingir todos os membros familiares, sendo que o trabalho eventual se torna uma forma de sobrevivência.

Segundo a mencionada pesquisa da Prefeitura, as tarefas mais comuns realizadas no mercado informal são as seguintes: reparos na construção civil, de eletrodomésticos e roupas, ajudantes de transportes, serviços domésticos e comércio (venda de alimentos e bebidas nas ruas, venda de sucata, artesanato, entre outros). Os trabalhos eventuais não precisam de registros em Carteira. Por isso, indivíduos sem a documentação em dia podem optar por este tipo de trabalho. Por outro lado, essa falta de registro na Carteira, pode dificultar uma recolocação num emprego assalariado formal (o que ainda é muito desejado pela maioria dos desempregados), pois sem o registro não há experiência comprovada. Para os trabalhadores a Carteira de Trabalho é muito importante, pois é um símbolo de sua história profissional e de sua relação como mercado de trabalho (AZEVEDO et al., 1998).

Nos trabalhos eventuais os recebimentos são feitos por dia de trabalho, ou pela venda realizada. Porém, apesar de ser uma alternativa para o desempregado obter alguma renda, esse tipo de trabalho tem um rendimento muito baixo, muitas vezes não conseguindo garantir o sustento do trabalhador. Os trabalhadores não vêem o “bico” como um trabalho, pois o importante para eles é retornar à ocupação formal. Segundo Singer (1985), o desempregado só procura pelo “bico”, após já ter tentado entrar no mercado formal. Apenas quando ele percebe que sua condição de desemprego é crítica é que ele pára essa busca, antes feita de maneira intensa, e aceita fazer “bicos”. É nesse momento em que ele entra em depressão e se julga incapaz.

Já o trabalhador autônomo, além de sua força de trabalho, tem também instrumentos e materiais para realizar sua tarefa. Este pode ser dividido entre trabalhador autônomo regular ou legalizado (montar uma microempresa ou pequeno comércio) e irregular, ou não legalizado (trabalhador por conta própria, sem vínculo empregatício nem como empregado, nem como empregador). Azevedo et al. (1998) afirma que os trabalhadores não operacionais (profissões que exigem maior escolaridade e qualificação) desejam se tornar autônomos legalizados, enquanto os trabalhadores operacionais desejam ser trabalhadores autônomos não legalizados.

O trabalho autônomo também vem crescendo proporcionalmente ao desemprego. As estatísticas indicam que o trabalho autônomo é uma forma adotada mais por sujeitos do sexo masculino (CALDANA; FIGUEIREDO, 2002; AZEVEDO et al., 1998).

Azevedo et al. (1998) destaca o trabalho temporário como um meio de sobrevivência entre o “bico” e o trabalho formal, pois é uma atividade de curta duração como o “bico”, mas registrado como o trabalho formal.

Nesse momento, a rede de relações interpessoais e a solidariedade são muito importantes nas camadas populares, pois muitas vezes a família do desempregado mora “de favor” em habitações cedidas por familiares, amigos ou vizinhos. Além disso, o desempregado pode mudar com sua família para lugares mais baratos de habitação como favela e cortiços. Essa mudança se torna uma estratégia de sobrevivência, pois a economia com o aluguel e a venda do imóvel (e outros bens) servem para obtenção de mais dinheiro para sobreviver. A venda de bens também é mencionada por Tumolo e Tumolo (2004); Moura (2001); Thomas, McCabe e Berry (1980).

Os parentes e amigos também podem auxiliar o indivíduo que perdeu o emprego e sua família, emprestando-lhes dinheiro, doando comida ou mesmo na busca de emprego, indicando seu parente ou colega para um trabalho (AZEVEDO et al., 1998; THOMAS; MCCABE; BERRY, 1980). Ademais, esses estudos mostram que o salário adquirido pelo trabalho do cônjuge do desempregado serve para auxiliar na renda da família, sendo muito utilizado como estratégia de sobrevivência (TUMOLO; TUMOLO, 2004; AZEVEDO et al., 1998; HAYES; NUTMANN, 1981; THOMAS; MCCABE; BERRY, 1980).<sup>5</sup>

Entre as alternativas de sobrevivência, a mudança de hábitos de consumos domésticos é muito importante para a economia financeira da família de um desempregado (SINGER, 1985; AZEVEDO et al., 1998; MOURA, 2001). Este último estudo afirma que o indivíduo desempregado sente necessidade de tomar decisões transitórias visando obter resultados rápidos e eficazes para sua situação, permitindo desfrutar de mais tempo para definir as atitudes que deverá tomar para recobrar o controle da situação. O caráter provisório, porém, dessas estratégias causa altos níveis de ansiedade, influenciando negativamente na produtividade do indivíduo.

Preocupado com sua situação e de sua família, diante da dificuldade de conseguir o emprego que deseja, o desempregado aceita qualquer tipo de trabalho para poder

<sup>5</sup> Reportando-nos ao caso paulista, deve-se enfatizar que praticamente metade dos entrevistados na mencionada pesquisa da Prefeitura (45,8%), fez uso do dinheiro recebido pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como estratégia de sobrevivência. Porém, esse dinheiro serve apenas como um recurso provisório, pois ele se acaba, e se torna necessária uma outra forma de conseguir mais dinheiro. O seguro-desemprego e reservas financeiras, previamente guardadas pelo desempregado, assim como o FGTS, também servem para auxiliar provisoriamente no sustento (AZEVEDO et al., 1998; Singer, 1985). Mas para o recebimento dos benefícios existe sempre muita burocracia. No caso do seguro-desemprego, para que o desempregado o receba deve se inscrever em “bolsões de trabalho” (que recebem vagas das empresas, geralmente com trabalhos muito pesados) e não pode recusar a oferta que lhe é feita.

sobreviver, se sujeitando às condições de subemprego e trabalho precário, como exploração e baixos salários. Porém, se aceitarem empregos inferiores aos que estava acostumado, o trabalhador teme “sujar” sua Carteira, e depois ter dificuldades para regressar a seu *status* anterior (AZEVEDO et al., 1998).<sup>6</sup>

A ação coletiva aparece como outra forma muito difundida de ajuda aos desempregados. As associações que os desempregados usualmente fazem parte são: movimentos de bairro, que servem para demandar serviços de uso coletivo (água, luz, escolas, creches, etc.); atividades religiosas, principalmente para apoio emocional, em busca de fé e esperança de uma melhora na situação (TUMOLO; TUMOLO, 2004), e auxílio à alimentação; sindicatos, para lutar por seguro-desemprego; e associações esportivas.<sup>7</sup> Apenas uma minoria da população desempregada utiliza-se de estratégias coletivas para a sobrevivência. Caldana e Figueiredo (2002) colocam que as estratégias individuais de sobrevivência pelo desempregado são muito utilizadas, principalmente porque a população não tem consciência de seu poder de decisão, não dando tanta importância à possibilidade de atuar coletivamente.

#### 4. INFLUÊNCIAS E CONSEQÜÊNCIAS DO COMPORTAMENTO PSICOLÓGICO DA FORÇA DE TRABALHO SOBRE O MERCADO DE TRABALHO

##### 4.1 ESTRATÉGIAS UTILIZADAS NA BUSCA POR UM EMPREGO

O conjunto de textos mencionados anteriormente mostra que diferenças nos perfis dos desempregados e nas representações sociais que os indivíduos constituem no mercado de trabalho influenciam na forma com que eles buscam uma nova colocação (HAYES; NUTMAN, 1981; KELVIN; JARRET, 1985; AZEVEDO et al., 1998). Por exemplo, para a grande parte da população o emprego ainda é só aquele com Carteira assinada, salário fixo e benefícios trabalhistas e previdenciários; não é qualquer atividade que é vista como emprego, de forma que o mercado informal e trabalho

<sup>6</sup> Cavan (1959); Thomas, McCabe e Berry (1980); Hayes e Nutmann (1981); Kelvin e Jarret (1985) mostram estratégias de sobrevivência existentes nas culturas americana e inglesa como selos de alimentação e benefícios cedidos pelo governo. Cavan (1959), também coloca o pedido de esmola como uma estratégia das famílias mais pobres dos Estados Unidos, nos anos 30.

<sup>7</sup> Outro exemplo de apoio da sociedade é do tipo associativo, como a Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego (APSD). Refere-se a um tipo de associação ligada diretamente ao desemprego e dirigida por representante de entidades religiosas. Voluntários de classe média se encarregam da divulgação e arrecadação de fundos para a APSD.

autônomo são entendidos apenas como uma forma alternativa de se ganhar dinheiro. Dessa maneira, a maioria dos trabalhadores desempregados ainda tem como principal objetivo o retorno para um mercado formal. Peres, Silva e Carvalho (2003), afirmam que isso ocorre porque o trabalho formal ainda é muito valorizado e considerado como a única forma de atividade socialmente proveitosa.

Kelvin e Jarret (1985) separam as estratégias de busca por emprego em duas categorias: formal (ex: agências de emprego públicas ou privadas, contato direto com as empresas) e informal (relações interpessoais). Dados da pesquisa feita por Kessler e Turner (1989) apontam para o fato de que os problemas emocionais causados pelo desemprego podem afetar as estratégias de busca de emprego do indivíduo. Por exemplo, a baixa auto-estima provocada pela perda do emprego modifica a maneira como o indivíduo vê a si e ao mundo; portanto, pode dificultar sua busca por trabalho. Se sentir desvalorizado e incapaz, faz com que fique despreparado para as entrevistas, se apresentando com a aparência inadequada, não procurando novas vagas, se candidatando a vagas para as quais é superqualificado.

Os resultados obtidos por Kulik (2000) revelam algumas diferenças referentes à procura de emprego e à recolocação entre mulheres e homens. Segundo ela, apesar de as mulheres acreditarem que suas estratégias de busca têm uma relação direta com suas chances de obter sucesso, os homens despendem mais horas à procura de um emprego do que a mulher. Isso deve ocorrer porque a mulher ainda tem a tarefa de cuidar da casa e dos filhos (independentemente de uma dupla jornada) e, por isso, tem menos tempo para a procura.

Por esse mesmo motivo, as mulheres têm uma tendência maior para rejeitar propostas de trabalho que possam entrar em conflito com suas tarefas domésticas, tornando-as mais seletivas. Além disso, em algumas culturas, as mulheres têm maior dificuldade de encontrar trabalho e, portanto, suas frustrações são maiores, o que diminui sua motivação e suas tentativas de busca, fazendo com que elas gastem menos tempo do que os homens.

O homem acredita ser mais estigmatizado ao ficar desempregado e, assim, menos respeitado pela sociedade, de maneira que ele tem mais flexibilidade para aceitar empregos, pois seu papel de trabalhador é central. A pesquisa de Kulik (2000) confirma as idéias de Hayes e Nutman (1981), os quais também falam sobre o índice maior de rejeição ao emprego das mulheres, assim como sobre a diminuição nas tentativas de procura devido à falta de motivação do indivíduo como resultado das respostas negativas recebidas pelo indivíduo.

Azevedo et al. (1998) argumentam que, quanto mais qualificado o trabalhador, melhor focada é a sua estratégia de busca por emprego, pois procuram uma recolocação em cargos específicos, devido à sua experiência e formação. Segundo eles, trabalhadores com baixa qualificação são mais flexíveis, aceitando facilmente qualquer tipo de trabalho, pois exercem ocupações mais operacionais e têm mais necessidade de rapidamente conseguir o sustento familiar.

Kelvin e Jarret (1985) também concordam com essa diferenciação nas estratégias dos trabalhadores qualificados e não qualificados. Para eles, os desempregados não qualificados utilizam mais as estratégias informais, pois sem uma boa qualificação é necessário que alguém o indique e que garanta para o empregador suas boas qualidades e habilidades. No caso do profissional qualificado, sua qualidade já é um facilitador e define sua situação sem que alguém precise interceder por ele. É como se o trabalhador qualificado fosse contratado por seu papel profissional e o não-qualificado fosse contratado por sua personalidade, pelo seu caráter.

Hayes e Nutman (1981) falam do dilema na busca de emprego em trabalhadores que ainda não foram demitidos, mas sabem que seu emprego está em risco (possibilidade de fechamento da empresa, cortes de pessoal, etc.). Nesse caso, ele vive uma situação de incerteza e insegurança, sem saber se vai à procura de um novo emprego, ou se fica na esperança de permanecer com seu trabalho atual. Ele pode rescindir seu contrato com a empresa em que já trabalha, às vezes há muitos anos, e perder os benefícios por obter um novo emprego que talvez não lhe dê boas condições de trabalho. Argumentam que a maneira como o indivíduo é demitido afeta a forma com que ele se dedica à busca de um novo emprego, pois indivíduos que são pegos de surpresa e têm menos tempo para se ajustar à nova situação, sofrem uma dificuldade em lidar com a transição do *status* de empregado para desempregado, o que afeta suas estratégias de buscar trabalho.

Muitas vezes, o desempregado responsabiliza o mercado de trabalho e a situação econômica do país pela falta de emprego, pois acredita que as exigências feitas, bem como a falta de vaga diante da oferta de trabalho abundante, são muito altas, como, por exemplo, a limitação etária para o preenchimento de vagas (CALDANA; FIGUEIREDO, 2002). Há, porém, muitos trabalhadores que se culpam por sua perda de emprego, e assim como sua dificuldade de se recolocar, pois acreditam que os principais obstáculos impostos pelo mercado de trabalho são fatores de sua responsabilidade, como a baixa qualificação e a escolaridade, e a falta de experiência (TUMOLO; TUMOLO, 2004). Nesse contexto, a falta de emprego representa para eles um fracasso pessoal.



A idade, quando avançada, pode significar uma falta de qualidade física para exercer certas atividades e falta de atualização nos conhecimentos e habilidades, fatores muito importantes para uma das principais regras do capitalismo – a alta produtividade do trabalho. Além disso, muitos já estão próximos da idade de aposentadoria e, por isso, ninguém quer contratá-los, sabendo que será por um tempo determinado, reduzido. Já a pouca idade representa falta de experiência, o que prejudica muitos jovens no momento de seu ingresso no mercado de trabalho, sendo, também, grande a dificuldade na busca do primeiro emprego.

Um bom nível de escolaridade e de qualificação é importante para o mercado de trabalho, servindo como um fator de seleção no momento de recolocação. O desempregado começa a perceber que deveria ter investido mais em sua educação e, muitas vezes, tenta “recuperar o prejuízo” fazendo novos cursos e tentando se atualizar. Porém, freqüentemente isso não é possível devido à falta de recursos financeiros, ao desemprego, ou seja, à falta de qualificação gera desemprego e o desemprego gera desqualificação (CALDANA; FIGUEIREDO, 2002).

Segundo Barbara (1997), quando um indivíduo é demitido, sente culpa por não ter estudado mais, e acaba sofrendo por essa culpa. A perda de emprego pode ser vista como um sinal de incompetência do trabalhador, por ter fracassado em se qualificar e se tornar competitivo, o que faz com que ele se sinta ainda mais culpado (CALDANA; FIGUEIREDO, 2002).

Uma das formas utilizada pelos desempregados na busca de trabalho são as agências de emprego. Essas servem de intermediária entre o empregador, indicando candidatos e o desempregado, captando vagas. A empresa cadastra suas vagas com as exigências necessárias para preencher o cargo. Já os desempregados deixam seus currículos e passam por entrevistas com funcionários da agência para traçar seu perfil e habilidades. Caso haja compatibilidade entre uma vaga e um candidato, a agência o encaminha para a empresa. Muitas agências de emprego são particulares e cobram por esse serviço, geralmente uma porcentagem do primeiro salário do indivíduo.

Como já citado, a rede de relações interpessoais é uma das principais estratégias utilizadas para a recolocação do profissional no mercado de trabalho. Os parentes, amigos e colegas ajudam na indicação do desempregado nas empresas que trabalham ou para outros colegas. Trata-se do expediente chamado popularmente de “boca a boca”. Kelvin e Jarret (1985) colocam que até os filhos podem indicar pais que perderam seus empregos. Isso se torna um pouco constrangedor para o indivíduo desempregado, pois

mostra uma inversão de valores, já que os pais servem de exemplo e que ajudam seus filhos na educação, escolha profissional e inserção no mercado de trabalho.

A mudança do mercado de trabalho traz consigo como conseqüência uma mudança nas estratégias de busca por recolocação no emprego. Informações da pesquisa de Azevedo et al. (1998) permitem fazer uma comparação entre a busca por emprego em épocas anteriores e nos tempos atuais. O maior número de vagas e as exigências de requisitos menos rigorosos permitiam que antes, essa busca por ocupação, fosse mais informal e com melhores resultados.

Atualmente, com maiores requisitos exigidos pela demanda e menor número de vagas, é necessário a utilização de novas estratégias, como, por exemplo, o uso do *curriculum vitae*. Com ele, o desempregado pode entrar em contato com maior número de empresas, em um curto período de tempo. Já para o empregador, o currículo é um importante instrumento, em meio à grande demanda, à medida que afunila a seleção, pois permite a eliminação de candidatos sem que nem mesmo seja necessário conhecê-los pessoalmente, poupando tempo e trabalho. Azevedo et al. (1998) ainda apontam como estratégia na busca por emprego: consulta ao caderno de emprego dos jornais; atenção às placas com informações de vagas nas ruas, vitrines e portas (placas de “precisa-se”).

A busca por trabalho serve como uma forma do indivíduo manter seu equilíbrio psicológico, à medida que serve como atividade, preenche seu tempo livre e lhe dá um propósito, fatores providos anteriormente pelo trabalho, muito importantes para sua saúde mental (HAYES; NUTMAN, 1981). Além disso, faz com que o indivíduo se sinta melhor perante a sociedade, a qual poderá perceber seus esforços, não o julgando como desonesto, não-digno, preguiçoso, ou outra qualificação depreciativa.

Kelvin e Jarret (1985) apontam para o fato de que, quanto mais tempo o indivíduo ficar desempregado, menores são as chances de ser contratado e mais complexa se torna sua busca. Os candidatos que participam de processos seletivos para conseguir uma recolocação, muitas vezes, não são informados dos critérios utilizados para a seleção e também nem sempre recebem uma resposta do empregador sobre os resultados do processo, o que provoca um sentimento de exclusão, pois sentem-se excluídos pelas organizações de trabalho (TUMOLO; TUMOLO, 2004).

Após falhar em inúmeras tentativas de se recolocar no mercado, com dificuldade de conseguir emprego, já sem esperanças e desesperado, o desempregado se submete

às condições impostas pelo mercado de trabalho, aceitando uma ocupação típica de subemprego, com baixa remuneração. Muitos trabalhadores até aceitam trabalhos para os quais estão superqualificados. Para Peres, Silva e Carvalho (2003), esse fato reflete a angústia e o sofrimento psíquico do trabalhador causado pela segregação e exclusão oriundas do desemprego.

#### 4.2 A PSICOLOGIA SOCIAL E A PERSISTÊNCIA DO DESEMPREGO: O FENÔMENO DA HISTERESE<sup>8</sup>

As teorias mais recentes sobre a rigidez das taxas de desemprego contemplam várias explicações, com destaque para duas delas. A primeira atribuída a Lindbeck e Snower (1988), denominada “modelo” *insider-outsider*, a qual sustenta que existe no âmago dos modelos de determinação de salários uma luta entre os desempregados (*outsiders*) e os trabalhadores empregados (*insiders*), que bloqueiam sua “tentativa” de ingressam no *pool* dos ocupados. Os *insiders* se defendem barganhando salários mais altos, os quais acabam debilitando a demanda por trabalho e produzindo uma persistência na taxa de desemprego.

A segunda teoria, denominada de “salário-eficiência”, resumida em Yellen (1984), se fundamenta na idéia de que aumentos salariais concedidos pelas empresas, acima do nível de equilíbrio competitivo, são importantes para elevar a produtividade do trabalhador. Além disso, contribui para diminuir substancialmente os custos de monitorar o conjunto de empregados da empresa. Como consequência, o salário-eficiência gera desemprego, pois se estabelece acima do nível de equilíbrio de mercado e não tende a retroceder enquanto as empresas se comportarem dessa maneira. Nessa teoria, o desemprego aparece como o mecanismo que disciplina o comportamento do trabalhador em direção a níveis maiores de sua produtividade.

Goldsmith e Darity Jr. (1992; 1993; 1996), com base em inúmeros estudos fundamentados na Psicologia Social, destacando-se entre estes, Jahoda (1982; 1988); Liem e Liem (1988), sem negar a importância dessas teorias consagradas, advertem que é possível uma explicação alternativa para o fenômeno da histerese do desemprego. Seu

<sup>8</sup> Trata-se de um conceito importado da Física referente a um “fenômeno que consiste em a resposta de um sistema se atrasar em relação ao incremento ou à atenuação decorrente de uma solicitação de mudança.” Seu significado em termos mais simples indica que uma variável, como, por exemplo, o desemprego, tende a assumir valores que não mais retrocedem no tempo, apesar dos esforços para que isto ocorra. Em meados dos anos 1980, este conceito foi introduzido nos modelos macroeconômicos para explicar a persistência da taxa de desemprego, assim como seu crescimento no tempo.

argumento central se fundamenta nos efeitos adversos originados por conseqüências psicológicas decorrentes de longos períodos de desocupação, ou pelo desemprego frequente do trabalhador:

*Baseado nesta literatura, pode ser inferido que o desemprego é passível de ter subseqüente efeito sobre a produtividade e engajamento na força de trabalho. Sob várias condições, esses efeitos sociopsicológicos, que até aqui não têm sido considerados nos agregados macroeconômicos, pode resultar num incremento da taxa de desemprego. O lado atrativo desta explanação para o fenômeno da histerese é sua generalidade, desde que ela não requer para sua explicação a existência de informação incompleta, e nem a ocorrência de desequilíbrio no mercado de trabalho. (GOLDSMITH; DARITY JR., 1993, p. 57 – tradução dos autores).*

A argumentação básica é a de que, conforme já mencionado em seções anteriores, o desemprego provoca um enfraquecimento psicológico do trabalhador, gerando altos níveis de ansiedade, hostilidade, paranóia, somatização e depressão, o que leva tempo para desaparecer, mesmo que o trabalhador seja reempregado. Enquanto isso não ocorre, contudo, predomina a percepção de perda de controle da situação pelo indivíduo, com a conseqüente redução da motivação para reverter o quadro que se apresenta. Inúmeros estudos aqui mencionados indicam que a persistência e a tenacidade dedicadas para resolver problemas declinam com a duração do desemprego.

Como esses fatos podem contribuir com a histerese do desemprego? Se o desemprego conduz a uma situação na qual o trabalhador se sente desamparado e impotente perante a realidade com que se defronta, isto pode debilitar sua motivação na busca por trabalho, inclusive a intensidade da busca, contribuindo para a persistência do desemprego, que caracteriza o fenômeno da histerese, conforme abordado em detalhes na seção anterior.

Outra forma de contribuição advém do impacto da falta de motivação e de iniciativa causada pelo desemprego na aquisição de novos conhecimentos, através de treinamento, que são necessários para facilitar o reemprego do trabalhador desempregado. Isto é fator de redução rápida na produtividade, um comportamento que se auto-reforça, à medida que vem acompanhada pela diminuição na habilidade para adquirir novos conhecimentos, fatores que tendem a contribuir para a persistência do desemprego, cristalizando ainda mais a histerese.<sup>9</sup>

<sup>9</sup> Pode ser argüido que os efeitos adversos do desemprego são transitórios e tendem a se esgotar com o reemprego do trabalhador. Liem e Liem (1988), concluíram que a pressão emocional negativa permanece mesmo após o reemprego, variando entre indivíduos, mas ocorrendo praticamente com todo desempregado.

### 4.3 OS EFEITOS PSICOLÓGICOS DO DESEMPREGO SOBRE O ENGAJAMENTO NA FORÇA DE TRABALHO

Existe um debate desde os anos 1970 entre os economistas acerca da distinção entre “ser desempregado” e “estar fora da força de trabalho”. A incorporação dos efeitos psicológicos do desemprego sobre o comportamento do indivíduo traz elementos que, aparentemente, contribui para esclarecer essa polêmica.

Clark e Summers (1979), utilizando dados do *Current Population Survey* (CPS) americano, encontraram uma alta taxa de transição entre a situação de desempregado e aqueles considerados fora da força de trabalho, concluindo que aqueles classificados nesta situação são funcionalmente não distintos daqueles classificados como desempregados. Flinn e Heckman (1983), examinando dados do National Longitudinal Survey of Young Men (NLSYM), concluíram que a probabilidade de se mover da situação desempregado para a de empregado é maior do que a probabilidade de se mover da situação de fora da força de trabalho para a de empregado. Isto seria um indício de que os desempregados pesquisam mais intensamente por emprego do que aqueles fora da força de trabalho, optando, assim, pela rejeição de que as duas formas de ausência de trabalho são indistinguíveis.

Goldsmith, Veum e Darity Jr. (1995) investigaram os dados do NLSYM buscando determinar se existe diferença no bem-estar de desempregados e aqueles fora da força de trabalho, originada por aspectos psicológicos. Sua conclusão (página 292) afirma que:

*Nós encontramos que a percepção da eficiência pessoal experimentada por desempregados e aqueles considerados fora da força de trabalho, com idêntica experiência prévia no mercado de trabalho, é análoga para homens e mulheres jovens.... Entretanto, no equilíbrio, nós oferecemos evidências que o estado psicológico decorrente da perda de trabalho é consistente com a visão de Clark e Summers em que as duas formas de falta de ocupação são efetivamente indistinguíveis.*

### 4.4 PRINCIPAIS CONSEQÜÊNCIAS SOBRE O EQUILÍBRIO NO MERCADO DE TRABALHO

Como conseqüência das fortes evidências apresentadas na Seção 2, analisar a influência do comportamento psicológico dos desempregados sobre o mercado de trabalho deve contemplar duas conexões básicas. A primeira diz respeito aos danos que

o desemprego causa no bem-estar do indivíduo. A segunda refere-se à avaliação de como a deterioração do bem-estar afeta sua produtividade.

Ao introduzir essas conexões no modelo macroeconômico, Goldsmith e Darity Jr. (1992, 1993, 1996) concluem por uma mudança fundamental na forma de funcionamento do modelo tradicional. Nesse modelo, a quantidade de trabalho demandado pelas empresas e ofertado pelos trabalhadores depende do nível de salário. Em seu modelo, eles acrescentam os aspectos psicológicos em ambas variáveis (demanda e oferta de trabalho).

#### 4.4.1 ALTERAÇÕES NA DEMANDA DE TRABALHO

A demanda de trabalho depende agora não só do salário, mas, também, da eficiência da força de trabalho, a qual, por sua vez, depende do estado psicológico dos indivíduos. Como conseqüência, a inclusão de fatores psicológicos promove modificações na função de produção, originando uma alteração na demanda agregada de trabalho em relação ao modelo tradicional.

Quanto maior for a duração do desemprego, ou o número de vezes que o trabalhador é despedido, maior será o impacto negativo sobre sua motivação, sua possibilidade de controlar a situação, sua vontade de adquirir novos conhecimentos e seu bem-estar decorrente da percepção de desamparo que toma conta de seu estado de espírito. Níveis menores de eficiência, incluindo aqueles causados pelos impactos adversos decorrentes do desemprego, causam uma retração da curva de demanda agregada de trabalho, ou seja, aquela demanda que inclui toda a força de trabalho.

Assim, a incorporação desses elementos ao processo produtivo conduz a uma redução da demanda agregada de trabalho:

*Conseqüentemente, quando o número de participantes da força de trabalho em situação de desemprego aumenta, o estado psicológico da força de trabalho declina, reduzindo a demanda de trabalho. Entretanto, a especificação convencional da demanda de trabalho negligencia os efeitos passados e presente da exposição ao desemprego em condições de mudanças geradas pela psicologia social sobre a força de trabalho e, portanto, sobre a demanda de trabalho. (GOLDSMITH; DARITY JR., 1992, p. 458, tradução dos autores).*

#### 4.4.2 O COMPORTAMENTO DA OFERTA DE TRABALHO

No modelo tradicional, os fenômenos psicológicos estão implícitos, mas exercem influência muito limitada na oferta de trabalho. Esta depende tipicamente do grau de

engajamento do indivíduo no mercado de trabalho e de seu sistema de preferências na escolha entre trabalho, lazer e bens de consumo. Neste modelo, o impacto do desemprego sobre o comportamento do trabalhador desempregado resume-se ao fato de que ele se torna paulatinamente pessimista com essa situação, terminando por se retirar da força de trabalho. Ele somente retorna ao mercado de trabalho quando percebe melhora nas oportunidades de emprego. É o fenômeno do “trabalhador desencorajado”. Conseqüentemente, esse comportamento emocional traduz-se numa redução no engajamento do trabalhador à força de trabalho, e, no agregado, afeta negativamente a oferta de trabalho.

Entretanto, ao incorporarmos os aspectos psicossociais no modelo, a direção de como o desemprego afeta o engajamento na força de trabalho não é tão clara. O trauma emocional devido à falta de emprego e suas conseqüências psicológicas podem gerar tanto o “efeito-desencorajamento” quanto um “efeito estímulo”, decorrente da tentativa de escapar dessa situação de desvantagem, por meio do aumento da oferta de trabalho, com a aceitação pelo desempregado de um salário mais baixo. Isso pode ser observado pela constatação de que inúmeros trabalhadores respondem ao desemprego reduzindo seu “salário de reserva” (mínima remuneração que um indivíduo aceita para ingressar no mercado de trabalho).

Dessa forma, os efeitos “desencorajamento” e “estímulo” atuam em sentidos opostos, ficando indeterminado o impacto sobre a oferta decorrente da incorporação dos aspectos psicológicos: ela se retrairá se predominar o “efeito encorajamento” e se expandirá caso prevaleça o “efeito estímulo”.

#### 4.4.3 UMA NOVA INTERPRETAÇÃO DO EQUILÍBRIO DE MERCADO

A dependência do comportamento do trabalhador de impactos psicológicos decorrentes do desemprego conduz a um resultado diferente na análise do equilíbrio no mercado de trabalho, quando comparado ao modelo tradicional.

O Gráfico 2 contém os resultados decorrentes de um choque adverso na demanda de bens e serviços, o que diminui a demanda de trabalho. Assim, partindo-se de uma situação de equilíbrio inicial  $(w_0, E_0)$ , a demanda  $D_0$  retrai-se para a demanda  $D_1$ . Na presença de salários nominais rígidos, o resultado no modelo tradicional será o surgimento do desemprego no montante AC.

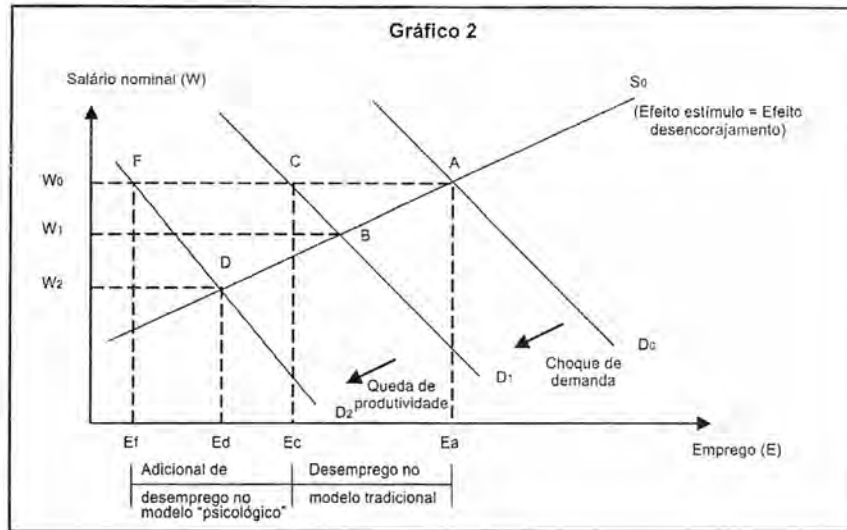
No modelo incorporando os danos causados pelo desemprego ao estado psicológico do trabalhador, o resultado será diferente. Ao salário nominal como variável de ajuste agora se adiciona à deterioração psicológica, emocional, motivacional e prejuízos às habilidades cognitivas do trabalhador, o que gera efeitos negativos sobre a produtividade, bem como afeta seu grau de engajamento à força de trabalho. Na medida em que o desemprego deixa sua “marca” psicológica no comportamento do indivíduo, o problema persiste mesmo após o reemprego, os indivíduos sofrem com sua auto-estima, motivação, moral, etc., afetando negativamente sua eficiência, causando declínio na produtividade e reduzindo ainda mais a curva de demanda para o nível  $D_2$ . O resultado é o surgimento de mais desemprego (CF) relativamente ao equilíbrio obtido no modelo tradicional, cuja magnitude dependerá da intensidade do impacto do desemprego sobre o comportamento psicológico do trabalhador.

O declínio da saúde psicológica da força de trabalho afeta, também, a oferta de trabalho. Mas, como vimos anteriormente, a direção do movimento da curva de oferta dependerá de considerações adicionais sobre a magnitude dos efeitos “desencorajamento” e “estímulo”. Supondo-se que esses efeitos se anulem, então o equilíbrio final será aquele indicado pelo ponto D no Gráfico 2.

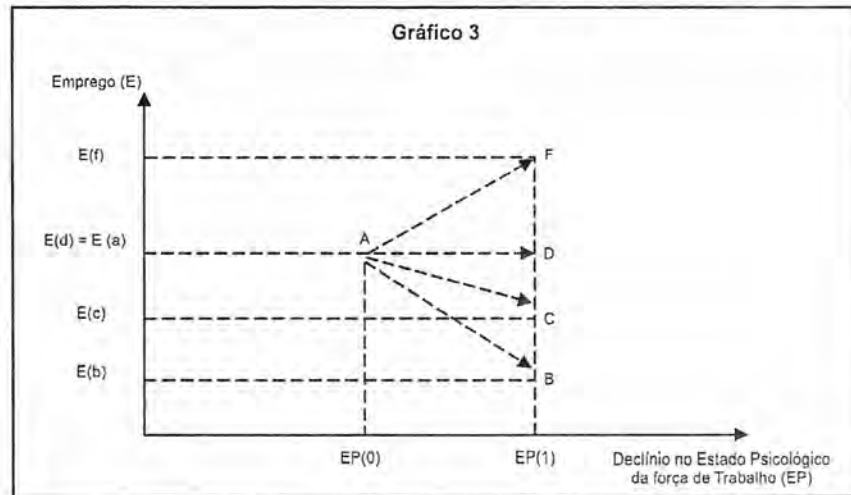
Assim, diferentemente do modelo tradicional, a contração inicial da demanda de bens e serviços, quando considerados os impactos decorrentes de motivos psicológicos, tanto na demanda de trabalho como os efeitos “desencorajamento” e “estímulo” na oferta de trabalho, não permite saber com precisão a trajetória do emprego, podendo aumentá-lo ou reduzi-lo. Tudo depende da magnitude da queda inicial do declínio da demanda, reforçada pelas alterações subsequentes decorrentes do empobrecimento da saúde psicológica da força de trabalho.

As alternativas possíveis relacionando o nível de emprego (E) e o estado psicológico (EP) da força de trabalho, quando exposta ao desemprego, podem ser observadas no Gráfico 3. O nível inicial de emprego ( $E(a)$ ) é compatível com um determinado estado psicológico inicial da força de trabalho ( $EP(0)$ ), e referem-se ao equilíbrio no modelo tradicional (salário =  $w_0$ ; emprego =  $E_0$ , no gráfico 2). Vejamos o que ocorre com o emprego como resposta a um declínio do estado psicológico da força de trabalho em resposta ao desemprego.





A trajetória de A para B, no Gráfico 3, ocorre quando o “efeito desencorajamento” supera o “efeito estímulo” reduzindo a oferta de trabalho. Com a demanda também se reduzindo pelo declínio do choque inicial, e pela queda da produtividade da força de trabalho, o impacto sobre o emprego é necessariamente negativo. A trajetória de A para C acontece quando a demanda se retrai, e o “efeito estímulo” predomina, mas não o suficiente para compensar a diminuição da demanda de trabalho.



Caso as magnitudes dos efeitos “desencorajamento” e “estímulo” sejam tais que os movimentos da oferta e demanda de trabalho se anulem, teremos a trajetória de A para D, onde o declínio do estado psicológico da força de trabalho não afeta o nível de emprego. Finalmente, a trajetória de A para F ocorre quando o “efeito estímulo” é suficientemente forte para superar o “efeito desencorajamento”, assim como a própria retração da demanda de trabalho.

Dessa forma, esses resultados diferem do modelo tradicional, pois ao incorporar o estado psicológico da força de trabalho, quando ela é exposta ao desemprego, provoca alterações na oferta e na demanda de trabalho. Essas mudanças podem resultar em diversas trajetórias para o nível de emprego e dos salários, não se limitando a uma combinação única entre essas variáveis.

Em síntese a incorporação do comportamento psicológico do trabalhador e da própria força de trabalho, parece ampliar a compreensão do funcionamento do mercado de trabalho. Goldsmith e Darity Jr. (1996, p. 121), que se encontram na vanguarda desta linha de pesquisa, concluem da seguinte forma:

*A macroeconomia ortodoxa é largamente dependente do tempo. A evolução cultural, social e institucional é negligenciada. Por exemplo, é uma assertiva comum que um choque exógeno para combater o desemprego pode ser compensado por um estímulo apropriado de política que faz a economia retornar ao seu ponto original. Essa descrição de eventos ignora as conseqüências da psicologia social decorrente da exposição ao desemprego. Esses fatores afetam provavelmente a produtividade pessoal, motivação e atitudes em direção à participação na força de trabalho e relacionamento com parentes e amigos. O dano emocional à força de trabalho que acompanha o declínio da atividade econômica, agregada e o desemprego, faz dele o mais importante fator de resposta às políticas.*

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo representa um esforço analítico envolvendo duas áreas que se complementam (Economia e Psicologia), no campo das Ciências Sociais, visando investigar um fenômeno importante quer para o indivíduo, quer para a sociedade: o desemprego. Esse enfoque permitiu aprofundar o impacto que a situação de desemprego causa à saúde psicológica do indivíduo, assim como investigar os principais desdobramentos que daí ocorrem no mercado de trabalho. Como resultado, pode-se constatar um avanço na explicação do equilíbrio tradicionalmente obtido no mercado de trabalho, no

qual emerge a determinação de um único nível de emprego, para uma situação em que o nível de emprego pode assumir diversos valores, dependendo do estado psicológico da força de trabalho resultante da exposição ao desemprego.

Além da sua importância decorrente do fato de se tratar de um estudo multidisciplinar, o que lhe amplia os horizontes de análise e gera resultados mais robustos, outra utilidade deste estudo encontra-se no surgimento de importantes subsídios para o estabelecimento de diretrizes, visando à tomada de ações e à formulação de políticas de combate ao desemprego, seja com enfoque na psicologia social, seja sobre a ótica do funcionamento do mercado de trabalho, em ambos os casos ajudando o desempregado a superar suas dificuldades.

No campo da Psicologia, os diversos estudos aqui mencionados mostraram desemprego como um fenômeno psicossocial, transcendendo apenas o âmbito econômico, afetando o trabalhador em um âmbito social e psicológico. Dessa maneira, os psicólogos devem atuar não apenas no ambiente clínico, através de intervenções psicoterapêuticas, mas, também, realizando intervenções psicossociais que ofereçam apoio psicológico e suporte social aos indivíduos desempregados, trabalhando coletivamente, trocando entre si experiências, sentimentos e comportamentos provindos da situação de desemprego.

Através desse tipo de intervenção, o indivíduo passa a reconhecer as dimensões social e psicológica do trabalho, revendo permanentemente sua vivência com desemprego, podendo adquirir uma autonomia maior para encarar a situação e procurar soluções para resolvê-la. Essa forma de enfrentamento coletivo permite conhecer, e se utilizar, novas maneiras de ser, pensar e sentir, e consolida a idéia de que a Psicologia tem compromissos sociais, políticos e éticos e por isso seus profissionais devem contribuir para a construção de modelos alternativos para a recolocação desses trabalhadores desempregados no mercado de trabalho. Essa atuação permitiria uma diminuição do sofrimento psíquico, gerado pelas conseqüências econômicas, sociais e psicológicas, causadas pela perda do emprego. Para tanto, os psicólogos devem reavaliar seu papel profissional, para ampliar sua visão sobre o fenômeno do desemprego e buscar novos espaços de atuação.

No campo da Economia, a assistência aos desempregados, de uma forma mais voltada para sua integração ao sistema capitalista, remonta às primeiras décadas do século XX, quando a Inglaterra implantou, em 1911, seu programa de seguro-desemprego compulsório (CHAHAD, 1986). Contudo, apesar do avanço que representava no campo da assistência social, esse benefício se fundamentava na visão predominante

na época de que o desempregado não passava de um “anônimo estatístico” e o seguro buscava apenas repor a renda perdida pelo trabalhador.

Posteriormente, após o Social Security Act americano, ocorrido em 1936, o seguro-desemprego ganhou novos contornos, tendo sido integrado ao Serviço Público de Emprego, quando então uma assistência mais ampla ao desempregado passou a ser uma realidade. Desde então o amparo ao desempregado vem requerendo cada vez mais sofisticação, seja porque o próprio conceito de desemprego vai se transformando, seja porque a complexidade das relações econômicas – e do mercado de trabalho – necessita cada vez mais instrumentos e políticas de assistência ao desempregado, cuja eficiência e eficácia demandam forte articulação entre elas.

Nesse contexto, emerge como resultado do desenvolvimento deste texto duas ordens de considerações, sob a ótica do mercado de trabalho. A primeira diz respeito à constatação de que os impactos psicológicos do desemprego não se restringem somente a problemas de bem-estar do indivíduo, afetando, também, o estado psicológico de toda força de trabalho, provocando mudanças sensíveis tanto da demanda de trabalho (via produtividade) quanto da oferta de trabalho (efeitos “desencorajamento” e “estímulo”). A consequência disso é não trivial com relação ao resultado do modelo macroeconômico tradicional, uma vez que deixa indefinido o nível de emprego de equilíbrio, mesmo com na presença de flexibilidade de preços e ocorrência de expectativas racionais no comportamento dos trabalhadores.

A segunda consideração refere-se às formas de combater o desemprego e assistir o desempregado em decorrência desse resultado. Dado que os efeitos psicológicos não se restringem ao indivíduo, mas torna instável o equilíbrio macroeconômico, as políticas devem ser desenhadas para contemplar esses dois aspectos. Numa perspectiva mais pragmática, isso significa fortalecer mecanismos como os serviços de emprego, com forte articulação entre os programas de seguro-desemprego, intermediação de mão-de-obra e treinamento e formação de recursos humanos (CHAHAD, 2002).

A integração dessas políticas permite não só manter aproximadas a demanda e a oferta de trabalho, pela rapidez do preenchimento das vagas ofertadas, como facilita a identificação das carências educacionais e falta de qualificação dos desempregados, bem como a forma de melhor treiná-los. Além disso, e principalmente no contexto da interdisciplinaridade que caracteriza os resultados deste estudo, a articulação dessas políticas permite dar assistência psicológica e aconselhamento vocacional aos desempregados. Isso contribui para que o desempregado possa manter sua auto-estima; trabalhar com sua ansiedade em busca de trabalho; melhorar o ajuste entre sua vida

pessoal e seu espaço familiar; estimular o desenvolvimento de atitudes relacionadas à aquisição de novas habilidades; e desenvolver atitudes positivas em direção a novos hábitos de vida e de trabalho.

Essa forma de assistir o desempregado é indispensável para minimizar os impactos psicológicos que o desemprego tem sobre o indivíduo, a economia e a sociedade.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Juliana T., et al. *As estratégias de sobrevivência e de busca de emprego adotadas pelos desempregados*. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 1, n. 1, 1998, p. 15-4.

BARBARA, Maristela M. *Reestruturação produtiva, qualificação, requalificação e desemprego: percepção e sofrimento do trabalhador*. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1997.

BRAGA, Marcos A. da Silva. *Desemprego: reflexão e discussão a partir de um depoimento*. Trabalho de Conclusão de Curso. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1999.

CALDANA, A. C. F.; FIGUEIREDO, M. A. de C. *Desemprego e subjetividade: estratégias de inclusão social e sobrevivência*. Paidéia, v. 12, n. 22, 2002, p. 19-26.

CARLOTTO, Mary S.; KALIL, Katiane. *O desemprego e suas repercussões na vida psíquica do trabalhador*. Canoas: Alethéia, n. 15, p. 85-91, jan./jun. 2002.

CAVAN, Ruth S. *Unemployment – crisis of the common man*. Conference on Marriage and the Family, Washington, DC, may 1959.

CHAHAD, J. P. Z. *Seguro-desemprego: lições da história, aspectos teóricos e perspectivas para o Brasil*. Série Ensaio Econômicos, n. 64. São Paulo: IPE/USP, 1986.

\_\_\_\_\_. Um novo desenho do programa brasileiro de seguro-desemprego. In: *O mercado de trabalho no Brasil: políticas, resultados e desafios* (Org.) por José Paulo Zeetano Chahad e Reynaldo Fernandes. São Paulo: MTE/ FIPE/Departamento de Economia FEA/USP, 2002.

CLARK, KIM B.; SUMMERS, L. H. Labor market dynamics and unemployment: a reconsideration. *Brookings Papers on Economic Activity*, n. 1, p. 13-72, 1979.

COUTINHO, Maria Chafin. *Trabalho e construção da identidade*. Psicologia em Estudo, v. 4, n. 1, p. 29-43, 1999.

EISENBERG, P.; LAZARFELD, P. F. The psychological effects of unemployment. *Psychological Bulletin*, n. 35. 1938, p. 358-390.

FLINN, C. J.; HECKMAN, J. Are unemployment and out of labor force Behaviorally Distinct Labor Force States? *Journal of Labor Economics*, v. 1, n. 1, p. 28-42, 1983.

GOLDSMITH, Arthur.; DARITY, William Jr. Social psychology, unemployment and macroeconomics. *Journal of Economic Perspectives*, v. 10, n. 1, p. 121-140, 1996.

GOLDSMITH, Arthur.; VEUM, J. R.; DARITY, William Jr. Are being unemployed and being out of the labor Force Distinct States? A psychological approach. *Journal of Economic Psychology*, n. 16, p. 275-295, 1995.

GOLDSMITH, Arthur.; DARITY, William Jr. Social psychology, unemployment exposure and equilibrium unemployment. *Journal of Economic Psychology*, n. 13, p. 449-471, September 1992.

\_\_\_\_\_. Unemployment, social psychology, and unemployment hysteresis. *Journal of Post Keynesian Economics*, Fall, v. 16, n. 1, 1993.

HARRISON, R. *The demoralizing experience prolonged unemployment*. Department of Employment Gazette, p. 339-348, April 1976.

HAYES, J.; NUTMAN, P. *Understanding the unemployed: the psychological effects of unemployment*. London: Tavistock Publications Ltd, 1981.

JAHODA, M. *Employment and unemployment: a social-psychological analysis*. Cambridge: University Press, 1982.

JAHODA, M. Economic recession and mental health: some conceptual issues. *Journal of Social Issues*, Fall, 1988.

KELVIN, P.; JARRETT, J. E. *Unemployment: its social psychological effects*. Cambridge: University Press, 1985.

KESSLER, Ronald C.; TURNER, J. Blake. Unemployment, reemployment and emotional functioning in a community sample. *American Sociological Review*, v. 54, p. 648-657, August 1989.

- KULIK, Liat. Jobless men and women: a comparative analysis of job search intensity, attitudes toward unemployment and related responses. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, n. 73, p. 487-500, 2000.
- LIEM, Ramsay, LIEM, Joan H. Psychological effects of unemployment on workers and their families. *Journal of Social Issues*, v. 44, n. 4, p. 87-105, 1988.
- LINDBECK, A.; SNOWER, D. J. Union activity, unemployment persistence and Wage-Employment Ratchets. In: CROSS, Rod (Ed.). *Unemployment hysteresis and the natural rate hypothesis*. New York: Basil Blackwell, 1988, p. 117-128.
- LIRA, E.; WEINSTEIN, E. *Desempleo y dano psicológico*. (mimeografado) Santiago, 1980 (apresentado ao II Encontro Latino-Americano e VI Internacional da Rede Alternativa à Psiquiatria, Belo Horizonte, 1983).
- MACEDO, Lucinda M. da R. *Desemprego e suas relações com a identidade*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1992.
- MOURA, Eliana P. G. Subjetividade e desemprego. *Expressão Psi*, v. 5, n. 1, p. 61-77, 2001.
- PERES, R. S.; DA SILVA, J. A.; DE CARVALHO, A. M. R. Um olhar psicológico acerca do desemprego e da precariedade das relações de trabalho. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 5, n. 1, p. 97-110, 2003.
- PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. *Estratégias de sobrevivência no desemprego*. Equipe de Estudos e Pesquisas. São Paulo: Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social, 1985.
- SANTOS, M. de F.; SANTOS, E. A. Identidade e trabalho: um estudo de caso. *Estudos de Psicologia*, v. 10, n. 3, p. 57-72, 1993.
- SINGER, Paul. A estratégia da sociedade no combate ao desemprego. *Novos Rumos*, v. 11, jan. 1985.
- SILVA, E. S.; SILVA, M. C.; STEINER, M. H. C. de F. Desemprego e saúde mental. *Crise, trabalho e saúde mental no Brasil*. São Paulo: Traço Editora, 1986.
- THOMAS, L. E.; MCCABE, E.; BERRY, J. E. Unemployment and family stress: a reassessment. *Family Relations*, n. 29, p. 517-524, October 1980.

TUMOLO, M. S.; TUMOLO, P. S. A vivência do desempregado: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 43, Universidade Federal de Santa Catarina, dez. 2004.

WICKERT, Luciana F. O adoecer psíquico do desempregado. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 19, n. 1, p. 66-75, 1999.

YELLEN, Janet L. Efficiency Wage Models of Unemployment. *American Economic Review*, v. 74, n. 2, p. 200-205, 1984.